



EM CADA  
CANTO,  
**UM BRASIL  
MAIS SEGURO.**

---

**CONTRIBUIÇÕES PARA  
O PLANO DE SEGURANÇA  
DAS CIDADES.**

---



**NAPP - NÚCLEO DE  
ACOMPANHAMENTO  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
SEGURANÇA PÚBLICA**



C A R T I L H A



**EM CADA  
CANTO,  
UM BRÁ SIL  
MAIS SEGURO.**

---

**CONTRIBUIÇÕES PARA  
O PLANO DE SEGURANÇA  
DAS CIDADES.**

---

2 0 2 4

# Expediente

## **Diretoria Fundação Perseu Abramo:**

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães.

## **Integrantes do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Segurança Pública FPA:**

Alberto Cantalice e Abdael Ambuster (coordenadores). Benedito Domingos Mariano, Leticia Piva Delgado, João Victor Tayah, Alceu Domingos Cardoso, Luciano Antonio da Silva, Marcelo Fábio Vita, Lenin Pires, Colombo Siqueira, Fabrício Rosa, Alberto Kopittke, Dep. Federal Adriana Accorsi, Senador Fabiano Contarato, Dep. Estadual Leonel Radde, Ministro Paulo Teixeira, Sílvia Alyne, Eugênio Arabão, Eli Torres, Felipe Athayde, Jacqueline Sinhoreto, Jovanil Oliveira, Leandro Prior, João Octacílio, Leonardo Pacheco, Luciano Antonio Silva, Maria Nyza, Michel Misse, Natália Sena, Paris Barbosa, Pedro Filipe, Pedro Chê, Rodrigo Portela, Marcius Sid-dartha, Virgílio Guimarães, Fernão Dias, Alessandra Oberling, Dep. Estadual Leonel Radde, Juliana Ribeiro, Claudinho Silva, Dalchen Viana, Jetan Pinheiro Barbosa, Isabel Seixas de Figueiredo, Martvs das Chagas, Mercês Dias, Paulo Oliveira, Fernando Alves, Tania Oliveira, Paulo Ramos e José Luiz Ratton

## **Assessoria técnica:**

Ana Flávia Marques

Eduardo Tadeu

Flávia Castelhana

Paulo Oliveira

## **Coordenação de comunicação:**

Pedro Camarão

 (11) 5571-2609

[fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

# SU- má- rio

***Contribuições para uma política  
de segurança municipal***

6

***Desafios***

9

***I. Por mais segurança nas ruas***

10

***II. Mais segurança e combate à  
criminalidade***

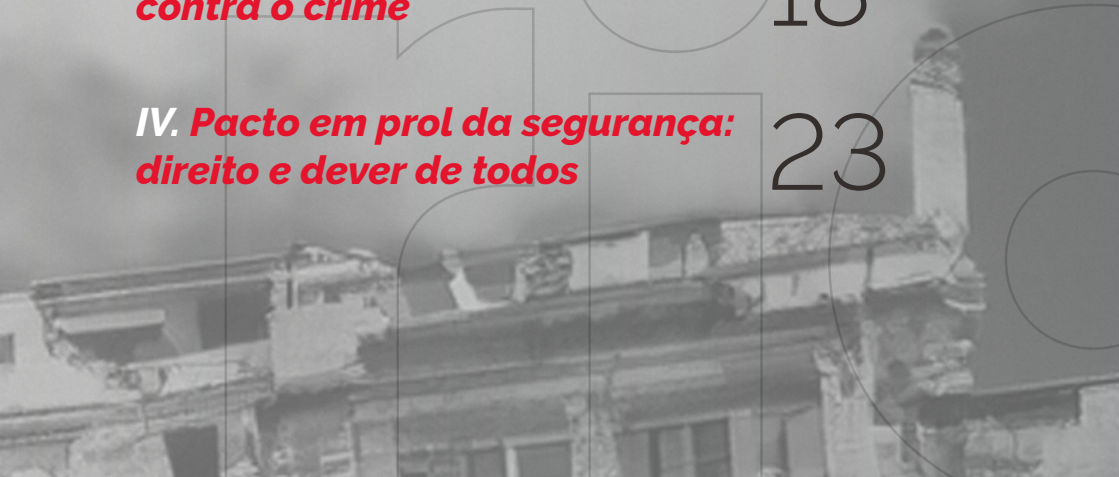
15

***III. Tecnologia e inteligência  
contra o crime***

18

***IV. Pacto em prol da segurança:  
direito e dever de todos***

23



Em cada canto, um Brasil mais seguro.



# CONTRIBUIÇÕES PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA MUNICIPAL

*Por um Brasil de paz,  
tranquilidade e convivência  
em todas as cidades.*



## **Segurança Pública**

**Municipal** é sempre um tema central no debate de políticas públicas.

E nessas eleições não será diferente.

Mas acima disso, Segurança Pública é um dos pilares da qualidade de vida, assim como saúde, educação e assistência social.

É um direito de todos e todas, em todos os cantos do país, dentro e fora de casa.

Por isso, apresentamos ideias e subsídios para auxiliar as candidaturas do PT e partidos aliados na construção do Plano Municipal de Segurança Pública de cada cidade.

Afinal, não nos faltam bons exemplos de ações em Segurança Pública municipal ou com efeito sobre as cidades.

Temos o Pronasci - na segunda gestão de Lula -, o maior programa de inclusão das cidades na segurança pública; projetos como o Mulheres da Paz; videomonitoramento nas cidades; as políticas de prevenção como fechamento de bares às 23h; Casa do Hip Hop e Jovem Aprendiz em Diadema; entre outros.



Sabemos que pela Constituição Brasileira, Segurança Pública é obrigação dos Estados, mas acreditamos que é possível ampliar o protagonismo e a atuação das Prefeituras.

Acreditamos no trabalho conjunto, em parceria e articulado, tanto entre Prefeituras, Estados e Governo Federal, como entre Prefeitura e os cidadãos.

É aí onde mora o grande diferencial da atuação das prefeituras: a proximidade com a população e a capacidade de trazer soluções adequadas aos desafios locais.

Principalmente quando enxergamos a Segurança Pública de forma plena: com medidas de **ação, prevenção e inteligência.**







# Desafios

- Pensar a Segurança Pública levando em conta as particularidades locais, com um olhar atento para as necessidades da população.
- Prevenção e repressão à criminalidade não são algo que se opõem, pelo contrário: são complementares. Investir e apostar na prevenção como um caminho para se evitar os mais diversos tipos de violências não significa desconsiderar as ações repressivas, quando necessárias.
- Mas é na prevenção, com atuação conjunta em diversas áreas (segurança, educação, assistência social, esporte, lazer, etc) que reside o grande potencial do município na segurança pública.
- A integração e a ação conjunta entre todos os poderes e as forças de segurança também são desafios a serem superados.
- Implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) com a finalidade de promover atuação conjunta, coordenada e integrada - como citamos acima.



# I Por mais segurança nas ruas

## **UMA GUARDA MUNICIPAL PRÓXIMA, PREVENTIVA E DEMOCRÁTICA**

A Guarda Municipal é fundamental para a prevenção da violência e pode ser uma grande aliada na inteligência contra o crime.

É uma instituição civil, com competência preventiva e de apoio aos serviços da administração municipal. Ela atua pela preservação da vida e do exercício da cidadania; na proteção de direitos e deveres individuais; pacificação de conflitos e construção de uma cultura de paz.



Por ser uma instituição civil, não nos parece indicado que os seus gestores sejam militares.

A militarização do comando e da gestão da guarda municipal, que é civil, compromete e contraria a lei do Estatuto Geral das Guardas Municipais.

### **GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS: ARMADAS OU NÃO?**

Quem deve estabelecer se a guarda civil municipal é armada ou não. É o prefeito ou a prefeita quem deve estabelecer se a guarda civil municipal será armada ou não.

O mais importante é assegurar que a coordenação e o comando estejam comprometidos com a prevenção e atuação comunitária definida no Estatuto Geral das Guardas Municipais.

### **RUAS E PRAÇAS MAIS ILUMINADAS**

Espaços públicos mal-iluminados intensificam a sensação de insegurança e atraem a criminalidade.

Ruas e praças mal-iluminadas afetam toda a população, especialmente as mulheres.

Elas ficam mais vulneráveis quando estão sozinhas à noite, tanto em ponto de ônibus como ao caminhar pelas ruas.

A falta de iluminação pública impacta na segurança, no bem-estar e na autonomia da mulher.



## **SEGURANÇA ESCOLAR**

Garantir a presença fixa de guardas civis nas Escolas da Rede Municipal. É importante que eles promovam a interação com a comunidade escolar e o seu entorno.

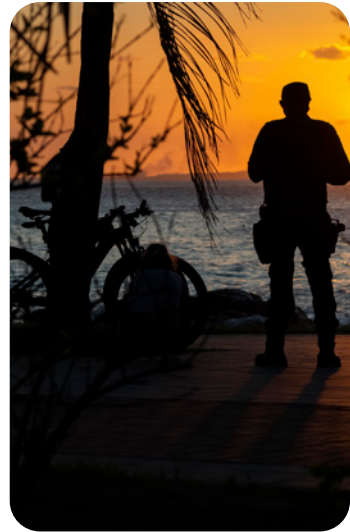
Se não houver efetivo suficiente para presença física, é indicado que façam rondas preventivas nas entradas e saídas dos alunos. Além disso, as Guardas podem contribuir na criação de observatórios de segurança, com a participação de professores, pais, alunos e da comunidade.

## **IMPLANTAR A RONDA CIDADÃ DE POLICIAMENTO PREVENTIVO**

Por lei, o patrulhamento preventivo é uma das principais atuações das Guardas Municipais. As Rondas Cidadãs Preventivas devem realizar abordagem que respeite a dignidade das pessoas. Por isso, além de bem equipados e com uniforme adequados, é fundamental que os agentes sejam preparados para interagir com a população e propiciar a proximidade real e o sentido de comunidade.

## **IMPLANTAR A PATRULHA GUARDIÃ MARIA DA PENHA**

A Guarda Civil Municipal tem papel estratégico na proteção de mulheres cis e trans com medidas protetivas. O projeto





deverá ser desenvolvido em parceria entre as Secretarias de Segurança Urbana e Secretaria de Promoção das Mulheres (onde houver) e com a participação do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência do Ministério Público (onde houver).

### **ESCOLAS ABERTAS AOS FINAIS DE SEMANA: MAIS LAZER, CULTURA E ESPORTE**

É sabido que o lazer, a cultura e o esporte são muito importantes para a prevenção - afastam os jovens da criminalidade. Nas periferias, por exemplo, a juventude tem poucos ou menos espaços de lazer, cultura e esporte.

A ideia é abrir as escolas aos finais de semana para atividades culturais e esportivas.

Isso também aproxima a população do ambiente escolar e amplia os espaços de convivência entre as pessoas.

### **ESTABELECEER MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM PARCERIA COM O PODER JUDICIÁRIO**

Por lei, mediar conflitos também é uma das responsabilidades da Guarda. O objetivo é resolver pequenos conflitos através do diálogo, sem judicializar os problemas. Por meio do estabelecimento de parceria com o Poder Judiciário, um juiz homologará as decisões frutos das mediações.

### **APOIAR A FISCALIZAÇÃO E A ORIENTAÇÃO DO TRÂNSITO**

Acidentes de trânsito estão entre as principais causas de morte nas cidades. Em parceria com a Secretaria de Transporte, e contando com suporte de videomonitoramento, as guardas civis municipais podem e devem realizar a fiscalização e a orientação no trânsito, contribuindo para diminuir acidentes.

Em cada canto, um Brasil mais seguro.



**GUARDA  
MUNICIPAL**





# II Mais segurança e combate à criminalidade

## **CRIAÇÃO DE ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Tais como Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (ou denominação congênera), com competência mínima para: estruturar Plano, Conselho e Fundo Municipal de Segurança Pública; fazer a gestão da guarda civil municipal e de projetos de prevenção às violências e promover a integração entre o município e as forças de segurança.

## **INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA**

Uma das prioridades da Prefeitura é fortalecer a integração entre as diversas forças de segurança que devem atuar de forma colaborativa em prol da cidade.

Inclusive, a atuação integrada entre União, Estados e Municípios é uma das diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública.

Assim, é necessário que o município crie estratégias conjuntas de ação, sempre respeitando as atribuições e os limites de cada força policial.



## IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS

Um município investe em segurança pública quando ilumina as ruas; promove ações de zeladoria; organiza o trânsito; investe em escola em tempo integral, em atividades de contraturno escolar; estrutura política de atenção a quem saiu do sistema prisional; define políticas de acolhimento a segmentos vulneráveis; fortalece a rede de atenção às crianças, aos adolescentes, às mulheres cis e trans e a toda comunidade LGBTQIA+; promove a ocupação dos espaços públicos; investe em esporte, lazer e cultura; promove políticas para a juventude e para a população idosa; investe no acolhimento da população em situação de rua; e cria projetos de promoção à cultura de paz, prevenção ao bullying e ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar.

Ou seja, os municípios já atuam com políticas que favorecem a segurança pública.

Cabe aos gestores demonstrar aos cidadãos a importância da prevenção. Explicar que já existe um grande investimento em políticas e ações que, direta ou indiretamente, têm reflexo na segurança pública.







## **CRIAR FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**

Com verba definida para, além de recursos federais e outros, financiar programas municipais de Segurança.





# III Tecnologia e inteligência contra o crime

## **TECNOLOGIA E VIDEOMONITORAMENTO COMO PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS**

O uso de tecnologia e inovação tem contribuído muito para a segurança pública.

Muitas cidades utilizam da tecnologia de videomonitoramento, com câmeras com capacidade de ler placas - ajudando a recuperar os veículos roubados e prender criminosos.

Como exemplo exitoso e didático, podemos citar o do Centro Integrado de Monitoramento na cidade de São Bernardo do Campo, implementado na gestão do prefeito Luiz Marinho.

O Centro Integrado reuniu a Guarda Civil Municipal, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o Departamento de Trânsito, a Defesa Civil e as polícias estaduais.

As câmeras de segurança foram instaladas prioritariamente nas entradas e saídas das escolas municipais e nos grandes corredores de tráfego.





## **REALIZAR DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA**

Não há como fazer política de segurança pública no município sem diagnóstico, sem informações consistentes e tecnicamente embasadas sobre a violência, a criminalidade e a insegurança.

A inexistência de informações confiáveis que possam descrever as dinâmicas criminais compromete a elaboração de políticas públicas capazes de interferir no território e transformar a realidade, especialmente para a população mais carente.

Para tanto, é preciso que o Poder Público Municipal tenha a capacidade e a iniciativa para

mobilizar todos os parceiros, do município ou não, que possam contribuir para a realização do diagnóstico, tais como as universidades, os centros de pesquisa, as polícias estaduais, as associações de classe profissionais e empresariais, entre outras instituições.

## **IMPLANTAR A GESTÃO DE INTELIGÊNCIA**

O município é um ator importante na integração da atividade de inteligência, o que vai ao encontro à moderna gestão de combate ao crime.

E o compartilhamento das ações e informações entre as for-



ças integradas (dos Municípios, Estados e União) é fundamental para o funcionamento eficaz dos órgãos de inteligência.

## **GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

As secretarias municipais agregam dados relevantes para a gestão da informação na política de segurança municipal, como é o caso da Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde. A notificação compulsória permite compreender as dinâmicas de violências que são altamente subnotificadas nos distritos policiais, como, por exemplo, a violência doméstica.

Assim, é fundamental a gestão das informações criminais do Infoseg do Ministério da Justiça e de outros bancos de dados municipais para a produção de mapas georreferenciados dos crimes e das violências, a fim de orientar a elaboração dos projetos de prevenção.

## **PESQUISA E INDICADORES**

A política de segurança pública da cidade deve ser baseada em evidências científicas de experiências bem-sucedidas, visando reduzir a violência e promover a paz. É importante apoiar estudos e pesquisas que busquem entender o cenário para desenvolver estratégias eficazes de intervenção na área.

## **FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PERMANENTE DAS GUARDAS MUNICIPAIS**

Além de garantir profissionais mais bem preparados para as suas funções, a for-





mação e capacitação contínua das guardas municipais são essenciais para promover uma relação mais próxima e positiva entre os profissionais de segurança e os cidadãos.

Visa também garantir que todos que lidam com a Segurança Pública desenvolvam competências para reconhecer e respeitar a dignidade dos cidadãos e cidadãs, promovendo uma cultura de paz e equilíbrio social na cidade.

### **CRIAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA MUNICIPAL EM PARCERIA COM UNIVERSIDADES (ONDE HOVER)**

Um Observatório de Segurança Municipal deve priorizar a segurança escolar, envolvendo professores, alunos e a comunidade local, no desenvolvimento de ações de prevenção da violência na escola e a partir dela.

### **COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA**

Criar e/ou fortalecer um sistema de comunicação da guarda civil municipal com o cidadão. Para isso, é possível utilizar os meios eletrônicos disponíveis, com atendentes preparados para oferecer assistência imediata às pessoas, 24 horas ao dia, por ligação gratuita.

E isso de maneira integrada com as secretarias municipais, hospitais, postos de saúde e demais forças de segurança que atuem no seu território.



Em cada canto, um Brasil mais seguro.





# IV

## Pacto em Prol da Segurança: direito e dever de todos



### **PACTUAÇÃO SOCIAL**

É necessário que o município crie espaços para fomentar a discussão pública sobre os pilares da política de segurança que se pretende construir. Nesse sentido, podem ser realizadas conferências, fóruns, bem como encontros periódicos, onde houver, do Conselho Municipal de Segurança.

### **SEGURANÇA CIDADÃ E CULTURA DE PAZ**

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Segurança Cidadã Democrática é "uma situação social livre de ameaças, em que as pessoas



possam gozar plenamente de seus direitos e liberdades" e na qual se formulam políticas eficientes para administrar o conjunto de riscos que lesem esses direitos, "mediante sua prevenção, controle ou repressão".

A cultura de paz, por sua vez, é um conjunto de práticas de resolução não violenta, com base nos valores tradicionais da paz, da justiça, da liberdade, da equidade, da solidariedade, da tolerância e do respeito à dignidade humana.

Ambas estão na essência do Pacto em Prol da Segurança.

### **DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Criação de mecanismos que permitam a participação social e a gestão mais democrática das políticas de segurança. Entre eles, conselhos e conferências que permitam a ampla participação da população.

### **IMPLANTAR OS FÓRUNS LOCAIS COMUNITÁRIOS:**

Os Fóruns envolvem os cidadãos e também integrantes das secretarias municipais.

Têm por objetivo garantir maior acesso aos direitos civis, sociais, culturais e econômicos; fortalecer o exercício ativo da cidadania e ampliar o capital social; fortalecer as redes locais e de solidariedade; fomentar a cultura de paz; aumentar o fluxo de informação sobre serviços e ações de governo; diminuir fatores de risco da violência.

A articulação das secretarias garante a integração entre os diversos projetos.

Nos Fóruns Locais Comunitários, a população dos bairros é convidada a ser coautora das políticas de prevenção.

### **CRIAR O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL**

Retomar os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGI-M)





criados no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do governo Lula.

O GGI-M deve integrar todas as secretarias sociais do governo, a secretaria de segurança e os representantes das polícias estaduais na cidade.

Para que o GGI-M tenha força, deve haver participação efetiva das secretarias e das polícias, tendo o prefeito a função de coordenador político.

Por essa razão, as reuniões do GGI-M devem ser realizadas no gabinete do (a) prefeito (a).

### **ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA COM A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO**

Nos municípios que ainda não desenvolveram políticas de prevenção à violência e ao crime, é importante, já no primeiro ano de governo, que o (a) prefeito (a) elabore um amplo Plano Municipal de Segurança Cidadã, com a participação da sociedade.

### **ESTABELECEMOS TERMOS DE COOPERAÇÃO COM A SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP**

Prefeitos e as prefeitas devem buscar dialogar com a Senasp para o desenvolvimento de ações dirigidas aos municípios.

### **FORTALECER OS CONSELHOS TUTELARES**

São instrumentos importantes na proteção das crianças e dos adolescentes. Muitas vezes os Conselhos Tutelares ficam isolados da política municipal, sem diretriz de ação e sem o apoio necessário. Para tanto, é preciso o apoio político e administrativo da Prefeitura.



## **IMPLANTAR POLÍTICAS PARA OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Fortalecer medidas socioeducativas para a reinserção social dos adolescentes na sociedade. Após o cumprimento das medidas socioeducativas, implantar programas de prevenção a fim de evitar a reincidência, dando oportunidade com a qualificação profissional e a permanência na escola.

## **FORTALECER A CORREGEDORIA DA GCM**

Onde houver, como órgão autônomo e independente das direções das guardas civis municipais.

## **GRUPO DE TRABALHO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ**

Nas regiões em que já tenham sido criados Consórcios Intermunicipais, é fundamental que os prefeitos (as) do PT priorizem a criação de Grupo de Trabalho (GT) Intermunicipal.

## **PROTEGER O MEIO AMBIENTE**

A integração dos territórios também diz respeito à área rural, de florestas, parques, fauna e a flora de muitos municípios. Os ambientes, a exemplo da Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Floresta Amazônica, das áreas litorâneas e de mananciais, muitas vezes estão sob a proteção do município.

Assim, a preservação do meio ambiente e dos espaços públicos são elementos constitutivos da política de segurança municipal, sendo que a guarda civil municipal tem uma função crucial na proteção ao meio ambiente dos espaços públicos.







Partido dos  
Trabalhadores